

Violência Doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência

Uma breve revisão da literatura

Ângela Branco Malveiro [1]

D40900@alunos.uevora.pt

Resumo

Pretende-se com a presente revisão da literatura contribuir para o conhecimento sociológico do fenómeno da violência doméstica masculina, mais concretamente, em Portugal, uma vez que ainda se vê o homem como abusador e não como vítima. Trata-se de um projeto ainda em curso, realizado no âmbito do curso de doutoramento em sociologia. Assim, por um lado, através da teorização e definição do conceito, da sua evolução, dos principais tipos de violência aliados à particularidade de ser o homem a vítima na esfera conjugal e, por outro lado, dado que existiu um investimento público e político na criação de uma resposta em 2016 num protocolo celebrado entre o Governo e uma instituição particular de solidariedade social (IPSS), e integrando as questões mais pertinentes do contexto social, económico e cultural da realidade, pretendemos traçar a sustentabilidade deste tipo de iniciativa, pela sua pertinência, pelo seu impacto social, pela sua capacidade de resposta, mas também pela sua vertente financeira. É reconhecido às IPSS um papel determinante no desenvolvimento da ação e bem-estar social, mas também de acesso a grupos ou pessoas por cujo domínio de intervenção tem fraca visibilidade, como o caso da casa-abrigo masculina. Como tal, é importante refletir ao nível de respostas existentes e de políticas públicas direcionadas a esta questão social, se as mesmas respondem às necessidades reais da população ou se carecem de adaptação até mesmo ao nível económico.

Palavras-Chave: Violência doméstica, sustentabilidade, terceiro sector, IPSS, políticas públicas, bem-estar.

Abstract

This paper aims to contribute to the sociological knowledge of the phenomenon of male domestic violence, more concretely in Portugal, since we still see men as abusers and not as victims. This is a project still in progress, carried out within the PhD course in sociology. Thus, on the one hand, through the theorizing and definition of the concept, its evolution, the main types of violence allied to the peculiarity of being the victim of a man in the conjugal sphere and, on the other hand, since there was public and political investment in creating a response in 2016 in a protocol concluded between the Government and IPSS and integrating the most relevant issues of the social, economic and cultural context of reality, we intend to trace the sustainability of this type of initiative, its relevance, its social impact, by its ability to respond but also by its financial aspect. IPSS is recognized as having a decisive role in the development of action and social well-being, but also in access to groups or persons whose field of intervention has poor visibility, such as the case of the men's shelter. As such, it is important to reflect the level of existing responses and public policies directed at this social issue, whether they respond to the real needs of the population or lack adaptation even at the economic level.

Keywords: Domestic violence, sustainability, IPSS, public policy, welfare.

Introdução

Pensar em violência doméstica é aceitar a existência de um jogo de forças desiguais em que um exerce a violência enquanto o outro sofre, e tal vai muito além das características morfológicas e funcionais do género. É, antes de mais, um fenómeno social em

que alguém se vê fisicamente ou psicologicamente agredido e destruído por outro, até mesmo na sua dignidade humana, através da demonstração da dissemelhança de poderes. O meu objeto de estudo, apesar da sua dimensão, pode ser tido à escala micro, uma vez que nos debatemos com a violência doméstica contra o homem, cônjuge, mas também pela

violência social do crime contra uma pessoa. Cabe-nos, e a mim, nas nossas investigações, ter em mente que a nossa ação, na área social, visa o conhecimento dos fenómenos mas, em última instância, a melhoria da qualidade de vida sobre o que fazemos, o que estudamos e para quem o fazemos, a denominada por muitos “busca do bem” e, até, da melhoria da política pública, do seu ajustamento, da sua solidificação e do modo como os seus objetivos são cumpridos, mais ainda, quando o fazemos pelas minorias mas também, e antes de mais, de conhecer sociologicamente os fenómenos e identificar caminhos sustentáveis a curto e médio prazo para o combate e prevenção das desigualdades.

Atualmente, vivemos numa época de novos problemas sociais e, mais ainda, problemas complexos, seja à escala micro, meso ou macro. Este novo cenário, de crise económica, de mudanças no papel da mulher e de mudanças na estrutura familiar, tem colocado novos desafios até mesmo na questão das relações humanas. Dito de outra forma, a violência doméstica contra o homem não é um fenómeno recente, mas crê-se que o aumento do número de vítimas e de queixas formais advenha, efetivamente, do contexto social atual. Devido à alteração da dinâmica das famílias podemos assistir a duas transformações distintas do mundo moderno, usando as afirmações de Fukuyama (2000). Por um lado, tornou-se evidente o aumento do crime e dos comportamentos desviantes. Por outro, devido ao enfraquecimento dos laços familiares e à despadronização dos papéis parentais, o homem deixou de ser o centro e patriarca da família, assumindo por vezes o papel de maior fragilidade; nomeadamente, em épocas de crise económica e social que afeta quase sempre o equilíbrio familiar. Nesta perspetiva, o problema da violência doméstica contra o homem e o aparente aumento dos casos, segundo dados do Ministério da Administração Interna e da própria Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), terá contribuído para a assinatura de um protocolo em 2016 entre uma Instituição Particular de Solidariedade (IPSS) e o Governo para a criação de um projeto piloto - uma resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência.

Contudo, dado o atual contexto de crise económica é

importante refletir a pertinência deste tipo de respostas e a sua viabilidade, isto é, "*as IPSS, o Estado, a sociedade, têm que percorrer um caminho que melhor se ajuste às problemáticas, sustentado numa capacidade instalada que permite perspetivar uma evolução positiva, não no sentido de inovação pela inovação, mas no sentido do aperfeiçoamento das respostas existentes*" (Rio, 2010, p.4). Não basta criar, é importante refletir ao nível de respostas existentes ou que eventualmente poderão existir, se as mesmas respondem às necessidades reais da população ou se carecem de adaptação até mesmo ao nível económico. Aliado a isto, o fato de ainda estarmos num período de austeridade, em que a gestão diária das IPSS tem sofrido um forte impacto derivado a cortes nos financiamentos e cativações, por um lado, mas também pelo aumento da procura no sentido da intervenção social, criando, naturalmente, constrangimentos na realização na missão da instituições, é preciso desafiar as instituições a mudar a forma como encaram a sua gestão, ou seja, pela tradição em que o Estado é a sua principal fonte de financiamento. "*É essencial a reorganização das estratégias de gestão para uma aproximação a paradigmas de gestão assentes nos princípios da boa governança*". (Garcia, 2017, p.179).

Neste sentido, o presente *working paper*, resultante dum projeto ainda em curso, realizado no âmbito do curso de doutoramento em sociologia, irá, numa primeira fase, salientar os principais resultados obtidos na revisão sistemática para, de seguida, sintetizar os conteúdos teóricos através de uma análise crítica em simultâneo.

1- Violência Doméstica contra o homem e a (in) sustentabilidade das Instituições Particulares de Segurança Social: contributos para uma revisão sistemática

Neste trabalho, apresento uma primeira etapa do estudo em curso e considerando a temática da violência doméstica contra o homem e da sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social foi efetuada uma revisão sistemática de literatura nacional desde 2010 até à atualidade afim de ser possível mapear as publicações existentes, independentemente da área de estudo, aumentando o conhecimento científico sobre o tema.

Para esta primeira parte realizou-se a pesquisa por artigos e teses constantes das bases de dados *B-On* e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, excluindo, nesta fase, o *Google Académico* - devido à dispersão do assunto - e o *SciELO* pela duplicação de conteúdos. Foram também excluídas bases de dado de acesso restrito. Para a primeira busca, cujo título utilizado foi "homem vítima violência" o resultado foi de 724 estudos. Contudo, ao limitar o resultado pelo idioma - português - pelo ano (entre 2010 e 2017) e especificamente ao homem enquanto vítima, foram selecionados um total final de 8 artigos/teses de acesso aberto. Numa segunda pesquisa, acerca da "sustentabilidade das Ipsps" o resultado foi de 136 estudos que, quando limitados ao ano, idioma e ao tipo de acesso resultou em 11 publicações.

Em termos de resultados a classificação proposta foi de: título, autor, ano, palavras-chave, objetivos, metodologia e principais resultados (Tabelas em Anexo).

1.1- Principais resultados da revisão sistemática

Neste ponto, gostaria de salientar os principais resultados obtidos na revisão sistemática e, de seguida, em tópico próprio, o conteúdo abordado nos referenciais teóricos.

No caso das metodologias utilizadas, uma vez que estamos no âmbito das ciências sociais, confirma-se que, na temática da violência doméstica a abordagem qualitativa seja maioritariamente mais utilizada para atingir os objetivos que cada estudo se propôs, contudo, em relação à sustentabilidade e, talvez em parte devido ao facto de alguns dos estudos serem das áreas económicas, há um equilíbrio no recurso à metodologia quantitativa e qualitativa não existindo prática em nenhum dos temas do método misto ou da triangulação.

Em relação às palavras-chaves indiciam e, em parte, justificam, os conceitos teóricos que regem este projeto. Se, por um lado, na violência doméstica esse mesmo pressuposto está latente em todos os estudos, os próprios se vão orientando para os tipos de violência (violência psicológica, alienação parental)

bem como onde e por quem é exercida (violência de género, conflito conjugal, parceiros íntimos). Já na questão da sustentabilidade também esta palavra chave está contida em praticamente todos os estudos assim como o setor em si (economia social, terceiro setor, setor não lucrativo e IPSS) como é capaz de especificar, à partida, as orientações estratégicas a ter em conta (gestão estratégica, eficácia organizacional, governança, orientação para o mercado, análise financeira).

Sobre as conclusões dos primeiros estudos as principais ilações a extrair são de que o homem é uma vítima silenciosa, isto é, nos textos de Flávia & Andreza (2016), Silva (2012), Cezário et al (2015), Lopes (2016) e Valério (2009) as vítimas masculinas são relutantes em fazer uma denúncia formal ora por não se reconhecerem enquanto tal, ora por medo e desconhecimento que determinados tipos de violência que lhes são infligidos possam ser tidos como violência doméstica - como nos é dito nos estudos de Brito (2015), Valério (2009) e Cezario et al (2015) - ou ainda pela falta de enquadramento deste tipo de crime no quadro normativo português e da escassez de respostas sociais direcionadas a estas vítimas - Silva (2012), Lopes (2016) e Ferreira (2012). Outra conclusão que podemos retirar é que existe ainda muita falta de formação ao nível dos profissionais que recebem a queixa (Lopes, 2016) bem como dos que posteriormente intervém e trabalham com os denunciante (Silva, 2012).

Nos resultados da sustentabilidade das IPSS conseguimos extrair seis grandes conclusões quase todas elas ligadas a estratégias. Se por um lado Neves (2014), Marreiros (2016), Silva (2014) e Garcia (2014) chamam a atenção para a enorme dependência destas instituições sob o financiamento público e a necessidade de contraria era sobrevivência pelos apoios estatais, outros há que afirmam que o caminho tem de passar pela inovação e o empreendedorismo - Rio (2010), Garcia (2014), Santos (2015), Costa (2016) - onde o próprio estado deve permitir respostas inovadoras às instituições e delinear as políticas públicas de acordo com as reais necessidades da população, também as instituições se devem reger pelo princípio da qualidade - Rio (2010), Garcia (2017), Marreiros (2016), Isidoro et al (2015) - seja a qualidade das relações com os recursos humanos/colaboradores, a

qualidade das decisões da Direção Técnica em aspetos técnicos ou a satisfação das necessidades básicas, entre outros. Aliada a esta qualidade surge, naturalmente, a questão da avaliação, do impacto da sua atividade na comunidade, da eficácia da utilização dos seus recursos e da sua viabilidade económico-financeira (Duarte, 2016 e Santos, 2015).

Em suma, para Silva (2014), Santos (2015) e Marreiros (2016) as IPSS devem otimizar as parcerias e intervenção em rede; devem manter uma relação próxima com a comunidade, apelando ao voluntariado; apostar na qualidade dos serviços (Costa, 2016). Sendo interessante verificar se, também como Costa (2016) defende são as maiores instituições que apresentam maiores níveis de proatividade e cujos técnicos com mais anos de experiência são também os mais orientados para a sustentabilidade.

Posto isto, das principais ideias extraídas dos estudos cumpre-nos a necessidade de efetuar uma sumária definição dos principais conceitos.

2- Aspetos concetuais

2.1- Terceiro setor

O termo terceiro sector surge pela primeira vez em 1979 por Jack Delors e J. Gaudin para designar “*o conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos-, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado*”. (Quintão, 2004, p.2) Entre o seu surgimento e para o seu grande desenvolvimento, principalmente após finais da década de 90, contribuíram algumas demandas como a necessidade coletiva em dar respostas aos persistentes problemas da pobreza, da exclusão social ou do desemprego. Delas resultaram, por exemplo, a criação de formas de organização institucional, pública ou privada, lucrativa ou não.

Em Portugal, a evolução do conceito está intimamente ligada à História, mais precisamente à Igreja, ao princípio de solidariedade e cooperação, às mu-

tualidades, ao regime, mas, mais recentemente, à delegação dessas competências sociais por parte do Estado a entidades não-lucrativas. A prestação de serviços sociais de interesse público pelas organizações do terceiro setor tem sido analisada por diversos estudos, entre os quais, os de Ferreira (2012), onde se salientam novas exigências de responsabilização não só na produção de serviços contratualizados, mas também a prestação de contas, indispensáveis para uma boa governação e *accountability* das políticas públicas. Infelizmente, a noção de terceiro setor está também ligado a uma conotação negativa precisamente pelo facto de ter uma base não lucrativa e principalmente quando o pensamos numa perspetiva de economia, ao invés de sociológica, histórica ou política, no questionamento da eficiência das organizações do terceiro setor na prestação de serviços. Tratam-se de aspetos que interessam analisar.

2.2- IPSS - Instituições Particulares de Segurança Social

De acordo com Rêgo (2001, p.20), citando o artigo 1º do Decreto-Lei nº 119/83, as Instituições Particulares de solidariedade social são “*instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, com o objetivo de fornecer serviços de proteção social (...) alargado a outros sectores como da política social como a saúde, a educação, formação profissional e a habitação*”. São, então, segundo a mesma autora, parceiras privilegiadas do Estado para o desempenho da ação e do bem-estar social. Mais concretamente, segundo o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, são instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem fins lucrativos, por iniciativa de particulares com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

Informalmente, podem ser reconhecidos dois tipos de IPSS. Por um lado, as que atuam a par do serviço público, muito próximas às respostas já existentes e, por outro, as inovadoras, que ao irem de encontro aos novos desafios sociais, procuram formas inovadoras de intervenção, desenvolvendo novas respostas e novos projetos de encontro com as novas realidades sociais sem, no entanto, terem ainda conseguido na sua totalidade fugir à forma tradicional de parceria no que respeita ao seu financiamento. No entanto, ambas dão resposta às necessidades que as populações vivenciam no seu dia-a-dia, através da prestação de serviços ou pela gestão de respostas sociais que, em segunda instância, combatem também o flagelo do desemprego. São, portanto, uma dupla mais-valia social.

Curiosamente, é nos meios mais desfavorecidos e/ou rurais que o papel das IPSS é mais valorizado pois é aqui que o seu trabalho social e económica tem mais impacto, nomeadamente ao nível do desenvolvimento do território.

2.3- A Casa-abrigo

Os serviços de acolhimento temporário para mulheres vítimas de violência doméstica, em busca de respostas legais e institucionais de proteção a estas vítimas, têm a sua origem nas pressões dos movimentos feministas na década de setenta - a primeira datará de 1971, em Inglaterra, denominado de Refúgio de Chiswick.

Em Portugal, porém, apenas na década de noventa surge a primeira resposta social nesta área. Tal se justifica, naturalmente, com o desenvolvimento político e social do país, onde estava vigente um regime autoritário.

Em Portugal, também, só após a implementação de legislação específica sobre a violência doméstica bem como a implementação dos planos nacionais de combate contra a violência doméstica - o I Plano datado de 1999, no qual estava previsto a criação de uma rede pública de casas abrigo - e com lei n.º 107/99, de 3 de agosto, onde se estabelece o quadro geral dessa rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas, foi possível favorecer o desenvolvimento deste tipo de equipamento.

Até 2016 as casas abrigo eram uma resposta social cujas vítimas de violência doméstica e em situações de perigo, do género feminino acompanhadas ou não dos seus filhos menores, por um período máximo de 6 meses, poderiam ser institucionalizadas, não tendo outros recursos, e, ali, teriam o auxílio de um corpo técnico especializado e pluridisciplinar para se reintegrarem socialmente, através de um plano individual de intervenção e da redefinição do projeto de vida da utente. Atualmente, em Portugal, existe uma rede de 40 casas abrigo com capacidade para 800 mulheres vítimas de violência doméstica mas também um projeto piloto de uma Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos", cuja carta de compromisso foi assinada em 2016, iniciando funções a 1 de Outubro desse ano, e tem como objetivo o acolhimento temporário de homens vítimas de violência doméstica e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência, disponibilizando 10 vagas para a resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino na unidade residencial.

2.4- Violência Doméstica

O conceito de violência doméstica é relativamente recente na nossa sociedade. Porém, parte, sobretudo de considerações em torno da violência contra a mulher. De acordo com o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013) “o conceito de violên-

cia doméstica abrange todos os atos de violência física, psicológica e sexual perpetrado contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimização ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal. Importa salientar que este conceito foi alargado a ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co – habitação". Fato é, de que a violência doméstica é uma violação dos direitos humanos, da dignidade humanas e do Estado de direito. Já o relatório da APAV (2015) refere que 755 homens com mais de 18 anos foram vítimas de violência doméstica, em números globais, registou 12.837 processos de apoio com atendimentos, num total de 9.612 vítimas diretas. Para além disso, assinalaram-se 23.326 crimes e outras formas de violência, um aumento de 8% em relação aos últimos 2 anos. Neste projeto em particular terá tido em conta a violência conjugal que, de acordo com Felson, "*diz respeito à violência que tem lugar em contexto de relacionamento conjugal – entre dois parceiros, que coabitam, casados ou não*" (Felson, 1999, apud Costa 2005, p.132), sendo opção pelos casos entre pessoas de sexo diferentes.

Em paralelo, é importante associar a estes outros dois conceitos-chave: a questão da sociologia da família e de género e, em sequência, a contenda da alienação parental, enquadrada como um tipo de violência usado contra o homem dentro do próprio casamento. Segundo Torres (2001 apud Dias, 2015, p.28) "*os fatores que contribuíram para a rutura do paradigma (da família conjugal) foram: a alteração de valores e de comportamentos nos anos 60; reivindicação de um feminismo de segunda vaga (...) o que levou a uma convulsão social global no sentido da mudança para a paridade entre géneros*". Como consequência, dá-se também o que alguns autores, como Singly, defendem que esta rutura paradigmática teve como forte característica o individualismo na vida em comum, logo, com interesses individuais e com laços mais complexos. Ora, o reconhecimento da existência de diferentes vontades e identidades, levou e leva a conflitos que, muitas das vezes, resultam, até à quebra total de laços, no seu pior lado, em violência, onde se pode, em meu entender, a alienação parental, como um tipo de violência, quando existem frutos dessas relações que são usados como arma. Porém, a verdade é que "*nem sempre os cidadãos dão a conhecer que são vítimas e existe, ainda, uma enorme distância entre os crimes praticados, os*

crimes conhecidos e os crimes denunciados (...) por isso, a violação dos direitos do homem no seio da família é assim um fenómeno de fraca visibilidade" (Fernandes, 1994, p. 26 e 27)

2.5- Políticas Públicas e violência doméstica

As políticas públicas, enquanto área de conhecimento e disciplina académica nascem nos Estados Unidos sob a tutela da Ciência Política, estudando em particular a ação dos governos, enquanto que na Europa surgem depois baseadas em teorias sobre o papel do Estado. De acordo com Celine Souza (2006) as políticas públicas são dotadas de "*uma perspetiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses*" mais ainda "*a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia*" (Souza, 2006, p.25). Há, ainda, o reconhecimento de que outros atores que não os governos se envolvem na produção de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais. Resumindo, parafraseando Campos, Maciel e Pereira (2015), as políticas públicas materializam-se nas ações dos governos que, por sua vez, decorrem de uma conjugação de fatores relacionados às interpelações das classes sociais e dos grupos de pressão.

Da relação entre políticas públicas e violência doméstica surge a resposta do laboratório social e de casa-abrigo. Sobre este último a Lei define a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica que abrange as respostas de acolhimento de emergência que apontam para o acolhimento urgente de vítimas com filhos/as menores, ou não, pelo tempo necessário à avaliação da sua situação, assegurando a proteção quer da sua integridade física quer psicológica. Porém na maioria das situações, exista uma hierarquização dos géneros, tendo os homens lugar favorecido em relação às mulheres, nos casos de violência doméstica/conjugal ocorre o oposto, seja pela existência de estereótipos de género seja pela falta ou distorção de informação sobre esta problemática ao

ser transmitida à opinião pública. Dito isto, é, infelizmente, natural que apenas em 2016 se tenha percebido a necessidade das vítimas de violência doméstica masculinas terem acesso aos mesmos serviços do que as femininas, no sentido de encontrar soluções que apoiem também os homens vítimas de violência doméstica, e se tenha criado um projeto (laboratório social) entre o Estado e uma IPSS, através de uma carta de compromisso, com 10 vagas para a resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência na unidade residencial “Proteção para Todos”.

Nas palavras de Mota de Carvalho, as políticas públicas têm como principal objetivo facilitar a coexistência entre os interesses do indivíduo e dos grupos, e são estratégias e políticas do Estado para construir uma sociedade equitativa e coesa. As políticas sociais são compostas por *“duas partes que se complementam: uma de tipo valorativo, filosófico, ético e moral que tende a definir os objetivos a alcançar; e outra de tipo empírico, prático, que mostra de que maneira se podem alcançar os objetivos estabelecidos”* (Carvalho, 2007, p.75).

2.6- Sustentabilidade e as Instituições Particulares de Solidariedade social

Atualmente, acusa-se o Estado Providência de ser cada vez mais insuficiente e distante da pluralidade dos problemas sociais que afetam a sociedade civil, principalmente em época de crise económica onde se assiste a uma diminuição de poder de compra e, ainda, a um elevado número da taxa do desemprego, do encerramento de empresas e, conseqüentemente, um aumento da pobreza generalizado e da exclusão social, aliado a uma crise ambiental, à mudança climática e aos impactos que tudo isto provoca na sociedade, ao desenvolvimento humano, sustentável ou às relações.

E se, antigamente, os Estados e o modelo social europeu tentavam providenciar os seus cidadãos, hoje em dia, os interesses do mercado, fragilizaram esse mesmo modelo. Como tal, dado o seu fim social, é essencial que as organizações sem fins lucrativos,

garantam a sua sobrevivência em prol do trabalho que desenvolvem.

Devido sobretudo ao aumento da esperança média de vida e ao crescimento das despesas públicas, por exemplo, com pensões, o Governo propôs em junho de 2006 a introdução do fator de sustentabilidade como pilar da economia portuguesa. Tal teve, também, um impacto significativo na estrutura financeira da Segurança Social e, logicamente, de toda a Economia Social e Solidária.

A máxima da sustentabilidade é, como já foi dito, ser capaz de garantir as necessidades das gerações presentes sem por em causa a capacidade de as gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades. A sustentabilidade seria então um compromisso e o caminho desejado pelas instituições para atingirem os seus fins da busca de satisfação e de bem-estar dos seus utentes, mas, também, dos familiares, dos parceiros, dos colaboradores e da comunidade em geral.

Como tal, não descurando a sua natureza social, deve existir uma preocupação com a otimização e a qualidade dos seus recursos para atingir os seus objetivos, mas dando também relevo à questão financeira. Implica, então, ter em conta três dimensões: social, económica e ambiental.

No entanto, *“como o Estado Providência tem dificuldades no financiamento suficiente, sendo improvável que o melhore substancialmente, existe a necessidade de mudança dos modelos de solidariedade unicamente dependentes do Estado Providência, para modelos de solidariedade, de negócio e de risco calculado (...) para se caminhar para a complementaridade e sustentabilidade é fundamental para que a Economia Social e Solidária não fique refém do Estado Providência.”* (Correia 2011, p.131)

Então, admitindo que o papel das IPSS é fundamental para o Estado poder promover as suas políticas públicas de bem-estar não é no entanto possível prever a relação futura *“entre o Estado Português e as IPSS, se numa partilha de responsabilidades maior, menor ou quase inexistente, dependerá sobretudo da evolução do modelo português de proteção social, da resolução das fraquezas financeiras que se deparam sobre o Estado e do possível surgimento de políticas sociais que proporcionem mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais.”* (Correia 2011, p.170)

Desta forma, a sustentabilidade financeira das IPSS pode ser entendida, resumidamente, como a capacidade de captar rendimentos, seja na forma de mensalidades, doações ou outras, para manter processos produtivos (prestação de serviços sociais) em funcionamento ou em expansão, tendo em vista a produção de resultados, isto é, realizar a sua missão, respondendo às exigências sociais.

Conclusões

Num contexto de emergência de novos problemas sociais, seja pela crise económica, seja pela alteração da estrutura familiar e das relações humanas, e com a complexidade na sua resposta destas mesmas questões, torna-se imperativo refletir sobre estes, principalmente, assim que entram na esfera pública. A questão da violência doméstica contra os homens é, efetivamente, um problema social a partir do momento que passou a afetar um número considerável de indivíduos, que se reconheceram enquanto vítimas, mas, mais ainda, quando passou a ser considerado pela lei, mas, também, pelos atores políticos ao criarem políticas públicas com o objetivo de melhorar ou resolver a questão. Passar daqui para um problema científico e de relevo à sociologia pressupõe querer compreender o fenómeno e, aliado a isso, investigar sobre a construção de novas respostas sociais e a sua capacidade.

Posto isto, considerando os assuntos em estudo foi identificada uma escassa produção científica a nível nacional sobre a temática pretendida, caracterizando-se por ser um assunto ainda pouco estudado. No entanto, tal poderá ser justificado pela atualidade da questão. Por um lado, o homem enquanto vítima e a criação de respostas sociais sobre esse problema bem como a sua identificação como questão científica, que ainda é polémica no próprio meio académico. E, por outro lado, a sustentabilidade da economia do terceiro sector, com um percurso de dependência estatal e cuja economia de crise e austeridade colocou em causa, nos últimos 6 anos, as formas de financiamento deste tipo de equipamentos. O principal objetivo dos estudos analisados bem como dos referenciais teóricos da questão foi conhecer o conceito, mas, também, criar uma linha “preditora” da-

quilo que podem ser as estratégias de sustentabilidade das instituições quando implementam projetos em resposta aos novos desafios sociais. A fraca produção científica sobre o tema pode, também, estar aliada à dificuldade de aceitação e compreensão destes novos fenómenos, no entanto, creio que, tal como outros estudos sobre as questões mais sensíveis de género, são fenómenos que, pela sua emergência e mediatismo, podem, nos próximos anos, resultar numa ampliação de estudos de investigação, não só a nível sociológico como das políticas públicas.

Sobre a violência doméstica e a não representatividade da violência contra o homem terá ficado justificada pelo atraso do quadro normativo português em relação ao combate e prevenção deste tipo de crime e, mais ainda, aos pré-conceitos sociais do homem ser tido como agressor - pela própria força física que tem em comparação com a mulher.

Ora, tratando-se de um problema complexo e, paralelamente, de crescente visibilidade, urge a reformulação da forma de intervenção, mas também por uma questão de equidade em relação ao que já existe para o género feminino. Contudo, intervir e criar projetos inovadores que possam ir de encontro às emergentes e reais necessidades da população, significam custos. Ora, uma vez que as IPSS na generalidade dependem dos apoios contraídos junto do Estado e das mensalidades obtidas junto dos seus clientes, somando-se-lhe empréstimos junto de Instituições bancárias, aliado ao facto de Portugal estar ainda a sair de um período de crise, requer empreender estrategicamente. Isto é, sem esquecer a sua missão e a sua responsabilidade social é determinante que os projetos envolvam a comunidade - que lhes seja reconhecido valor - que tenham qualidade, que sejam eficazes, transparentes e sustentáveis.

Há estratégias que as instituições podem utilizar, como a otimização das parcerias e da intervenção em rede, da relação com a comunidade aliada a transparência de contas, apostar na qualidade dos serviços mas também das relações entre colaboradores e direção, pela motivação, espírito de missão e pela formação especializada ou pela descentralização e participação, orientação para o mercado recorrendo ao marketing e à comunicação como uma ferramenta importante, entre outras, de forma a credibilizar a

instituição para a captação de recursos para além dos acordos de cooperação mas também potenciar capacidades, produzindo outros bens e serviços, negociação de contratos, de forma a reduzir custos e garantir sustentabilidade.

Aliar as duas temáticas ajuda-nos a compreender como é que um projeto com origem num problema emergente e pouco definido, até mesmo no quadro normativo, pode ou não ser sustentável tendo em conta a instituição no qual está inserido.

Referências bibliográficas

- Campos, E.; Maciel, C.A. & Pereira, F. (2015). O controle social e a gestão de políticas públicas: a perspectiva dos usuários. Atas do 3º encontro internacional de política social, 10º encontro nacional de política social, Vitória (ES, Brasil)
- Carvalho, A. M. (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS, UENF)*. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, set-dez/2007, pp. 73-86
- Costa, D. (2005). *Perceção social de mulher vítima de violência conjugal: estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Inst Sup Ciências Sociais e Políticas
- Correia, J.A.H. (2011) *Os Sistemas de Financiamento das IPSS e a sua relação com o Estado Providência em Portugal*. Tese de Doutoramento em Economia. Lisboa: ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/7659>](http://hdl.handle.net/10071/7659)
- Dias, I. (2015) *Sociologia da Família e do Género*. Lisboa: Pacto, Ed. de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
- Fernandes, A.T. (1994). Os direitos dos homens nas sociedades democráticas: a violência na família. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, I série, vol. 4, pp. 4-47
- Ferreira, S. (2012). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, pp. 107-132
- Ferreira, S. (2013). Terceiro Sector e Estado-Providência em Portugal. in F.C. Silva (org.). *Os Portugueses e o Estado-Providência*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 161-196.
- Fialho, J.; Silva, C. & Saragoça, J. (coord.). (2016). *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo
- Fukuyama, F. (2000). *A grande rutura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Lisboa: Quetzal
- Garcia, C.M.S. (2017). Governança: uma estratégia para o terceiro setor face ao contexto de austeridade. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7:1-2, pp. 171-191
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia
- Petticrew, M., & Roberts, H. (Eds.) (2006). *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector: Elementos para referenciação teórica e conceptual. *Atas do V Congresso Português de Sociologia. Universidade do Minho - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção; Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*
- Rêgo, P. (2001). *Instituições de solidariedade social: participação cívica e desenvolvimento local*. Tese de Doutoramento em Geografia. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11255>
- Rio, S.I. (2010). *Estado, IPSS e proteção social na área da reabilitação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades*. Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas. Lisboa: ISCTE
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, pp. 20-45
- Vranken, D. & Kutty, O. (2001). *La Sociologie et l'intervention – Enjeux et perspectives*. Bruxelas: de Boeck & Larcier

Nota:

- [1] Doutoranda em Sociologia, Universidade de Évora.

Tabela Anexo 1 – Revisão Sistemática – Violência Doméstica (1)

Título/Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. Flávia, D., & Andreza M.C., L. (2016).		Apreender o significado de gênero. Problematicar a existência das denúncias por parte dos homens. Dar resposta às solicitações na área da saúde para apoio às vítimas masculinas. Incentivar ao repensar do plano legal.	Pesquisa Qualitativa. Estudo Documental (Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/ Auto provocada do Ministério da Saúde do Brasil)	Apesar das denúncias, o silêncio ainda é uma forma de defesa do agredido. Nesse sentido, quando chamados para entrevista, as vítimas disseram que apenas falaram para expor a situação, por temor, contudo "o evento não necessitava ser explicitadas e intervindas em qualquer tipo de ação para promoção de saúde". Há relutância em assumir a própria denúncia.
A Opacidade da Violência Doméstica no Masculino. Silva, J. S. (2012).	Violência doméstica; Homem; Gênero; Masculinidades	Perceber como é que os homens se veem na sociedade quando enfrentam uma experiência de vitimização. Caracterizar socio-demograficamente os entrevistados, aferir sobre a vida pessoal destes e caracterizar o fenômeno do ponto de vista da vítima e sobre as hipóteses de reconstrução de identidade antes e após a denúncia.	Metodologia Qualitativa. Estudo exploratório. Estudo empírico (instrumento/entrevistas não aplicado)	A não representatividade da realidade da violência doméstica contra o homem pode justificar-se: pela representação das próprias vítimas de si como tal; por não serem considerados em recolhidas de dados por estarem em minoria; porque normalmente as pesquisas neste sentido indicam que os homens têm mais recursos para sair das relações íntimas violentas antes mesmo de ocorrer um abuso violento considerado grave. Mais ainda, a opacidade da violência doméstica contra o homem resulta do fato de que o grande leque do quadro conceptual e legislativo em relação à violência lhe confere o papel de agressor e, também, desigualdade ao nível das medidas de apoio e defesa à vítima, desde a atenção dos Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, à existência de casas abrigo e mesmo de instrumentos que preparem os profissionais para a intervenção com vítimas do sexo masculino.
A violência entre parceiros íntimos sob a perspectiva de homens vítimas de suas parceiras no Brasil Cezario, F.; Carvalho, L. L.; Carmo Lopes, N. d., & Lourenço, Lélío M. (2015).	Violência Entre Parceiros Íntimos, Violência Contra o Homem, Violência Psicológica, Violência Doméstica	Fazer um levantamento das informações acerca da violência contra o homem no município de Juiz de Fora (Brasil); perceber se existem homens vítimas na localidade e que tipo de violência sofrem. E quais as dificuldades por parte dos homens em não se reconhecerem como vítimas.	Estudo Exploratório. Pesquisa Qualitativa. Entrevistas semiestruturadas; Questionário Sociodemográfico; Estatística descritiva e Análise de Conteúdo de Bardin	A violência psicológica como a agressão mais sofrida entre os entrevistados seguidos da violência física. Os problemas afetivos, as motivações abrangentes e os problemas socioeconômicos são mencionados como os principais motivadores. Apenas 38,46% dos homens vítimas declararam ter procurado ajuda e 62,50% alegaram ainda ter contato com a agressora. Percebeu-se que existe violência perpetrada pelas companheiras, mas que há dificuldade em falar sobre a mesma.
Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. Cezario, A. & Lourenço, L. M. (2013).	Violência doméstica; violência conjugal; Relações familiares; conflito conjugal	Perceber como na literatura atual é tida a violência conjugal e se, nessa mesma literatura, é proposta algum tipo de intervenção. Através da análise dos artigos, perceber como os autores encaram este novo alvo da violência conjugal, o homem.	Revisão bibliométrica de 64 artigos sobre a violência conjugal. Pesquisa Quantitativa.	Os autores dos artigos analisados estão focados na identificação deste novo problema, datando-o de 2000 a 2010, deixando ainda de parte a questão da intervenção (dos 64 apenas 16 apresentam propostas de intervenção) e do bem-estar. Destaca-se a existência das comorbidades em alguns estudos (23) e a sugestão prevenção passa pela atuação sobre as mesmas.

(continua)

Tabela Anexo 2 – Revisão Sistemática – Violência Doméstica (2)

Título/Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Violência doméstica contra homens: percepções das forças de segurança. Lopes, F. B. (2016).	Violência doméstica, homens, vítimas, percepções, forças de segurança.	Compreender as percepções das forças de segurança relativamente à violência doméstica contra os homens, exercida em relações heterossexuais	Metodologia quantitativa (estatística descritiva e estatística inferencial) - Inventário online junto de 1653 profissionais da Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.	Num estudo realizado no Instituto de Medicina Legal (n=535), 11,5 % dos casos avaliados correspondiam a vítimas do sexo masculino, cuja perpetradora era mulher e, havendo um historial de violência física e psicológica na maioria dos casos (81,6%). Em 2015 (APAV) foram recebidos 388 pedidos de ajuda de homens vítimas de VD, em relações heterossexuais, maioritariamente casados (50,2%), com ensino superior (48,7%), empregados (54,2%) mantendo, atualmente, uma relação conjugal com a perpetradora (50,8%:APAV, 2016). Os homens vítimas não admitem sua condição e não procuram ajuda profissional, devido a obstáculos sociais e à falta de apoio. O investimento nacional em ações de formação e sensibilização concebidos às FS revelam que as Forças de segurança estão informadas sobre a temática. Nomeadamente, nos participantes mais novos e mais instruídos. No entanto, essa formação não é nada a nível institucional e esse facto foi percecionado como uma lacuna para uma intervenção correta.
Alienação Parental e família. Brito, C.M. (2015).	Família; guarda; alienação parental;	Apresentar reflexões sobre alienação parental. Fazer um levantamento do ordenamento jurídico no Brasil sobre a prevenção do fenómeno. Perceber a abordagem do mesmo em Portugal.	Estudo comparativo.	Nem sempre a ocorrência de alienação parental é evidente e, em última análise, deve-se sempre atender ao supremo interesse da criança. Historicamente, os filhos ficavam sob a guarda materna devido ao despreparo dos homens na função. O fenómeno da alienação parental existe há bastante tempo, mas não tinha regulamentação específica.
Homens vítimas de violência doméstica: estudo exploratório. Valério, Ana M.O. (2009/2010).	violência doméstica; women perpetrators; men victims	Conhecer e caracterizar o homem vítima de violência doméstica, através do conhecimento teórico e clínico.	Estudo exploratório. Metodologia qualitativa. Análise de conteúdos de 41 processos (APAV 2008).	A vitimação masculina existe e tem consequências físicas e mentais pois os mesmos experienciam maus tratos físicos e psicológicos. Contudo, existe medo e vergonha em denunciar quer a familiares quer às autoridades. Estudos recentes mostram que o paradigma de género não reflete a realidade atual e que dadas as redefinições do papel social da mulher, já não se pode atribuir exclusividade da perpetração ao homem. Um dos fatos recolhidos do processo é o medo dos homens em perderem a responsabilidade parental dos filhos.
A complexidade da violência doméstica: contributos para a justificação da intervenção social em rede. Ferreira, C. G. (2012).	Género; poder; violência doméstica.	Dar visibilidade à complexidade do fenómeno de acordo com as configurações construídas pelos profissionais em torno da intervenção e sublinhar a importância de uma metodologia de intervenção integrada e partilhada, eficaz na resolução das situações das vítimas.	Estudo empírico Estudo 1 – metodologia quantitativa e análise estatística. Estudo 2 – metodologia qualitativa, entrevistas semiestruturadas a 4 participantes.	O género é uma construção social da realidade que implica uma imersão nos conceitos de dominação e poder, logo, a problemática da violência doméstica está intimamente ligada com a desigualdade de género. A VD é um fenómeno social de longa data, mas só desde 2000 é considerado crime público e embora tenha ganho relevo com os planos nacionais contra a violência doméstica, a violência exercida contra os homens parece passar para o segundo plano. Existem, ainda, uma contradição na sociedade uma vez que reconhecem o homem como vítima, mas não tem uma resposta institucional à data (ex.: casa abrigo) como as mulheres. Os homens têm dificuldades em assumir-se como vítimas dado o primado da masculinidade. A intervenção clássica é pouco flexível. A intervenção em rede centra-se na inclusão, participação dos utentes, proximidade dos atores sociais e tem um impacto fundamental na conceção de políticas sociais. A complexidade das problemáticas e a sua crescente visibilidade levam à reformulação da forma de intervenção. Mas, na intervenção, os utentes devem ser ativos na resolução dos seus problemas, contudo, neste caso específico, são muitas vezes resistentes à mudança. Além do mais, os próprios profissionais carecem ainda de muita formação para estes problemas complexos.

Tabela Anexo 3 – Revisão Sistemática – Sustentabilidade das IPSS (1)

Título/Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Metodologias	Principais Resultados
Envelhecimento demográfico e sustentabilidade das instituições particulares de solidariedade social que prestam apoio à terceira idade. Costa, C.S. (2016)	Instituição particular de solidariedade social, Organizações do Terceiro setor, Sustentabilidade, Estado, Programas sociais de apoio.	Compreender a dinâmica das potencialidades e obstáculos que se colocam à sustentabilidade das IPSS que prestam apoio à terceira idade, no concelho de Viseu. Avaliar a capacidade dos programas e medidas de apoio para responder às necessidades destas instituições.	Estudo empírico. Análise qualitativa. Entrevista semiestruturada e a pesquisa bibliográfica e documental	As instituições com respostas no meio urbano têm mais procura e maior abertura à comunidade bem como privilegiam das oportunidades do meio e das parcerias. As instituições de maior dimensão são mais pró-ativas na sua intervenção e no seu planeamento futuro, logo, a sua sustentabilidade evolui proporcionalmente. Os diretores técnicos com mais anos de experiência têm também uma intervenção mais direcionada à sustentabilidade. A sustentabilidade das IPSS não passa pelo aumento de receitas próprias, mas sim pela dependência de programas sociais. As IPSS devem otimizar as parcerias e intervenção em rede; devem manter uma relação próxima com a comunidade, apelando ao voluntariado; apostar na qualidade dos serviços; O estado deve permitir respostas inovadoras às instituições e delinear as políticas públicas de acordo com as reais necessidades da população.
Os determinantes da eficácia organizacional numa organização de economia social: um estudo de caso. Isidoro, A.; Dias, P & Leal, S. (2015)	Eficácia nas organizações de Economia Social; Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS); eficácia organizacional; stakeholders.	Identificar os fatores que mais relevam para a eficácia organizacional.	Estudo descritivo. Estudo de caso - 20 entrevistas semiestruturadas realizadas aos clientes, familiares de clientes, colaboradores e Direção de uma instituição (Centro de Dia do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta de Torres Novas)	Os clientes e familiares valorizam, principalmente, a qualidade das relações com os recursos humanos/colaboradores, a qualidade das decisões da Direção Técnica em aspetos técnicos e a satisfação das necessidades básicas (alimentação, instalações e saúde). Já os colaboradores valorizam aspetos que lhes dizem diretamente respeito, como a motivação, a responsabilidade social da organização e a equipa de trabalho. Por sua vez, a Direção identifica como determinantes da eficácia a satisfação dos stakeholders, a atuação da Direção Técnica (aspetos técnicos), a sustentabilidade financeira e os valores como o espírito de missão e o compromisso.
Sustentabilidade financeira das IPSS: 3 casos de estudo utilizando metodologias de avaliação de empresas. Neves, S.C. (2014)	Metodologias de avaliação de empresas, Avaliação com Base no Rendimento, Outras Abordagens de Avaliação, EVA, CVA, MVA, FCFE, FCFE, IPSS, Sustentabilidade Financeira	Efetuar uma análise financeira de sustentabilidade das IPSS.	Análise de relatórios financeiros específicos como o balanço, as demonstrações de resultados e as demonstrações por fluxos de caixa de duas IPSS do distrito de Aveiro.	Elucida-se que as IPSS são empresas que na generalidade dependem dos apoios contraídos junto do Estado e das mensuralidades obtidas junto dos seus clientes, somando-se-lhe empréstimos junto de Instituições bancárias para aquisições menores. Análises financeiras a estas Instituições Particulares de Solidariedade Social são de extrema importância, devido à necessidade das mesmas se ajustarem ao mercado em que operam, sendo o objetivo primordial uma menor dependência face aos apoios do Estado.
Análise SWOT: casa da criança do Rogil – IPSS. Marreiros, V.V. (2016)	Gestão, Estratégia, Análise SWOT, Setor não Lucrativo, Apoio Social, Casa da Criança do Rogil	Conhecer as potencialidades e as vulnerabilidades da Casa da Criança do Rogil através de uma análise swot, com o fim de adotar medidas estratégicas para o futuro	Estudo descritivo. Não-experimental. Matriz de análise swot. Inquérito por questionário aos funcionários (56).	Estratégias a adotar pelas instituições particulares de solidariedade social devem centrar-se nos recursos humanos, base de qualquer organização, na área financeira, pensadas a médio/longo prazo, de gestão, e consequente descentralização e participação, qualidade, cooperação e parcerias e elaboração de planos estratégicos e de marketing, onde se contemplem apoios e parcerias.

(continua)

Tabela Anexo 4 – Revisão Sistemática – Sustentabilidade das IPSS (2)

Título/Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Metodologias	Principais Resultados
Análise da viabilidade económico-financeira de uma IPSS: Fundação Nossa Senhora da Guia em Avelar. Santos, A.C. (2015)	Crise Económica, IPSS, Viabilidade Económica, Sustentabilidade	Efetuar uma análise de viabilidade económica a uma IPSS para, dado o contexto de crise, compreender a situação se encontra, qual a evolução da sua posição financeira e que potenciais necessidades de investimento e de financiamento podem vir a ser as mais indicadas	Estudo descritivo longitudinal. Não-experimental. Estudo de caso. - Metodologia quantitativa. Relatórios e dados estatísticos, financeiros e contabilísticos da IPSS (Fundação Nossa Senhora da Guia) ao longo dos últimos 5 anos.	Através de uma análise de viabilidade análise económico-financeira, pode-se diagnosticar a evolução económica e financeira de uma instituição, conhecer a situação atual e propor eventuais medidas corretivas, com vista a evitar uma possível evolução desfavorável. Isto porque, em contexto de crise, as mesmas têm um número de solicitações crescentes por parte da população, mas mais dificuldades de financiamento. As IPSS devem procurar estratégias de empreendedorismo social que possam implementar na instituição de forma a promover a autossustentabilidade e desenvolvimento da organização, tais como, aumentar e diversificar as fontes de financiamento nas áreas de angariação de fundos, gestão dos recursos, marketing das instituições e novos serviços ou ainda reforçar a componente interna de financiamento das suas atividades, prestando serviços pagos a terceiros, produzindo e vendendo bens e potenciando as capacidades dos seus utentes através do trabalho nas unidades produtoras. A capacidade de modernização e inovação são fundamentais para a sobrevivência futura da Instituição. A IPSS deve tentar reduzir os custos tendo em conta a estrutura de financiamento, para esta redução podem contribuir processos de eficiência energética, fornecimento de eletricidade, celebração de protocolos entre IPSS para negociação de contratos para compra e manutenção de viaturas, etc.
Sustentabilidade das organizações do terceiro setor: uma análise com base nas IPSS do concelho de Aveiro. Silva, B. L. (2014)	Boas práticas, sustentabilidade, IPSS, sociedade civil.	Analisar a proveniência e evolução das receitas e custos das instituições privadas de solidariedade social, bem como as práticas de gestão para perceber se estas apresentam uma postura ativa na busca de mecanismos e estratégias de sustentabilidade	Estudo empírico – inquérito por questionário a uma IPSS do Concelho de Aveiro	O estudo assenta sobre três pilares fundamentais: a responsabilidade social das IPSS do concelho, os níveis de gestão estratégica e como isso indica um maior desempenho sustentável, seja pelas parcerias, seja de avaliação financeira e de satisfação dos utentes - muito embora o marketing social seja pouco utilizado - e, ainda, o facto do Estado ser cada vez mais o principal financiador destas organizações - apenas 3,7% são receitas por via do mercado. Ora, tal limita também a liberdade das instituições no desenvolvimento de novos serviços prestados ou de alterar a sua capacidade visto que estão limitadas pela própria dependência ao Estado e às exigências cada vez mais rigorosas da Segurança Social.
Governança no terceiro setor: fatores facilitadores e constrangedores. Garcia, C. M. S. (2014)	Terceiro setor; governança; orientação para o mercado; empreendedorismo social.	Identificar os fatores facilitadores e constrangedores que os técnicos e dirigentes das entidades do terceiro setor se deparam na sua prática diária de gestão. Retirar conclusões para o presente e o futuro do setor.	Metodologia quantitativa. Inquérito online - Ips do Distrito de Lisboa com CAO e Creche.	92% das instituições reconhece que não sobreviveria sem o financiamento do Estado, as restantes são instituições de maior dimensão, com quadros técnicos mais especializados, com estratégias de curto prazo. Deve ser preocupação da gestão encontrar formas alternativas de financiamento, como medida de prevenção e salvaguarda das diminuições de financiamento estatais. As IPSS devem ser inovadoras/empreendedoras e atentas aos novos problemas sociais.
Governança: uma estratégia para o terceiro setor face ao contexto de austeridade. Garcia, C. M. S. (2017)	Terceiro setor, IPSS, Governança, Orientação para o mercado	Refletir sobre o impacto da austeridade na gestão das entidades do terceiro setor. Analisar o conceito de governança como possível estratégia de gestão para potenciar a sustentabilidade das entidades do terceiro setor	Estudo empírico. Estudo exploratório - Amostra por conveniência, construída a partir da listagem de IPSS da Segurança Social de Lisboa com valências de CAO (29 enviados 11 respondentes) e Creche (172 enviados e 38 respostas)	Decorrente da crise económica as reduções de financiamento sentidas pelas instituições verificaram-se não só ao nível dos apoios do Estado como do aumento da percentagem das mensalidades dos escalões mais baixos. Contudo, levou também no surgimento de novas dinâmicas de gestão, com um aumento do controlo de gestão. É necessário para a viabilidade das instituições, a qualidade e motivação dos recursos humanos, mas também o reconhecimento da qualidade por parte da comunidade local. Sugere-se, também, uma melhor orientação para o mercado, pela criação de planos de comunicação externa e interna, maior transparência e controlo financeiro.

(continua)

Tabela Anexo 5 – Revisão Sistemática – Sustentabilidade das IPSS (3)

Título/Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Metodologias	Principais Resultados
Projeto de expansão de uma instituição particular de solidariedade social. Marques, C. C. (2011)	Projeto social, fontes de receitas alternativas; vulnerabilidade financeira; sustentabilidade financeira.	Desenvolver um projeto de construção das novas instalações que proporcionará à instituição novos desafios e oportunidades e, consequentemente, necessidade de se avaliar fontes de receitas extraordinárias que garantam a sua sustentabilidade financeira.	Estudo de caso - IPSS de Lisboa com 73 anos.	O fundraising apresenta-se para as instituições sem fins lucrativos como uma importante fonte de receitas, nomeadamente donativos e outras parcerias que auxiliem a mesma na sua missão social. A angariação de donativos também é uma alternativa, mas deve ser consciente e atuar sobre dois ramos: empresas privadas e público em geral. Enveredar pelas atividades lucrativas, embora em alguns casos possa ser lucrativo, a curto prazo não é e pode incorrer a Instituição ainda mais da insustentabilidade.
Estado, IPSS e proteção social na área da reabilitação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades. Rio, S. I. (2010)	Estado-Providência, Terceiro Sector e Segurança Social; pessoas com deficiência e incapacidades	Analisar a relação entre o Estado e as IPSS na área da reabilitação e integração da pessoa com deficiência e incapacidades. Promover uma reflexão sobre possíveis modificações a introduzir ao nível das respostas existentes, por via da sua transformação e adaptação às suas reais necessidades. Analisar o desenvolvimento futuro das respostas sociais para a população com deficiência e incapacidades.	Estudo exploratório. Análise documental.	Deve existir possibilidade do Estado e das IPSS desenvolverem uma relação, que permita o desenvolvimento de serviços mais direcionados e abrangentes, no sentido de melhor se aproximarem de uma resposta efetiva às suas necessidades. Deve-se permitir o surgimento de novos tipos de intervenção, que não cabem nos tradicionais modelos, e que correspondem a uma necessidade efetiva da sociedade, em função de alterações sociais, económicas e ambientais Uma atitude de empoderamento poderia conduzir à identificação de novos mercados, serviços/ produtos de interesse coletivo, que poderia vir a contrariar, de forma sustentada e fundamentada, a atitude de rigidez e centralismo da Segurança Social, face à possibilidade de constituírem respostas atípicas. Outra sugestão passa pela relação entre Estado e IPSS que poderia consolidar-se numa subcontratação de serviços.
Desenho e Implementação de um Modelo de Análise Financeira numa IPSS. Duarte, N. D. (2016)	Terceiro Setor, Entidades do Sector Não Lucrativo, Análise Financeira	Desenhar um modelo de análise financeira suportado nos indicadores vulgarmente utilizados pelas entidades do setor lucrativo, mas cujo cálculo e leitura deve ser adaptada aos objetivos particulares das IPSS	Estudo descritivo	As IPSS cada vez mais expostas ao escrutínio público, sendo pressionadas a demonstrar, qualitativa e quantitativamente, o impacto da sua atividade na comunidade e a eficácia na utilização dos recursos angariados. Os rácios financeiros são utilizados para avaliar o desempenho, situação financeira e condições de sustentabilidade das empresas do setor lucrativo, mas podem ter relevância e aplicabilidade ao sector não lucrativo. Em pequenas IPSS, as opções de gestão podem ter como objetivo garantir o fornecimento do máximo de serviços sem incorrerem em prejuízos, mas para entidades de maior dimensão é muito difícil gerir com um objetivo de resultado nulo (breakeven) pois é contraproducente e favorece uma situação de dependência estrutural destas instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais em detrimento da sua independência. A obtenção de resultados positivos pelas IPSS deve ser atingida por via de uma maior eficácia no controlo dos gastos e na prossecução de atividades secundárias cujo rendimento possa contribuir para subsidiar a ação social.